

A CONSCIENTIZAÇÃO EDUCACIONAL DO PATRIMONIO HISTÓRICO DA SERRA DA CAXEXA: AVANÇOS E RETROCESSOS

EDUCATIONAL AWARENESS OF THE HISTORICAL HERITAGE OF SER- RA DA CAXEXA: ADVANCES AND SETBACKS

Leize Regina Ribeiro de Araújo Medeiros¹

Resumo: O seguinte artigo tem o propósito de direcionar os estudos dos sítios arqueológicos do Agreste paraibano, mais especificamente na Serra da Caxexa, no município de Casserengue – PB, a 154 km da capital, João Pessoa, desenvolvendo a catalogação, mapeamento e descrição dos sítios pré-históricos ali existentes de forma a contribuir com o processo de preservação dos mesmos. As pesquisas arqueológicas no Estado da Paraíba constataam a evidência de mais de 500 sítios arqueológicos, dentre estes encontram-se os sítios de arte rupestre “Pedra do Caboclo” e “Pedra do Letreiro”, pertencentes ao universo cultural da Tradição Agreste, indicam fortes indícios da passagem de grupos indígenas que povoaram a região do Curimataú Oriental antes do processo de colonização europeia, sendo provavelmente representados pelos Sucurus da nação Tarairiú com características seminômades. As pinturas rupestres são classificadas em antropomorfas, zoomorfas e geométricas/esquemáticas, geralmente em tonalidades avermelhadas provenientes do uso do óxido de ferro. Infelizmente, o desconhecimento desses sítios arqueológicos ocasiona sua destruição. Sendo assim, faz-se necessário conscientizar todos os segmentos da sociedade para a importância do patrimônio arqueológico da região buscando aguardá-los para o conhecimento das gerações futuras e incentivar novas pesquisas que viessem resgatar o valor histórico da cultura local e regional. Assim, como a conscientização da sociedade em geral, como forma elucidativa da importância do patrimônio histórico cultural que as cercam.

¹ Licenciada em História pela UEPB. Pós graduada em História do Brasil pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes. Mestre em ciência da educação pela Veni Christian University

Palavras chaves: educação, patrimônio histórico, caxexa

Abstract: The following article aims to direct the studies of archaeological sites in the Agreste region of Paraíba, more specifically in Serra da Caxexa, in the municipality of Casserengue – PB, 154 km from the capital, João Pessoa, developing the cataloguing, mapping and description of prehistoric sites existing there in order to contribute to their preservation process. Archaeological research in the State of Paraíba finds evidence of more than 500 archaeological sites, among these are the rock art sites “Pedra do Caboclo” and “Pedra do Letreiro”, belonging to the cultural universe of the Agreste Tradition, indicating strong evidence from the passage of indigenous groups that populated the Eastern Curimatá region before the European colonization process, being probably represented by the Sucurus of the Tarairiú nation with semi-nomadic characteristics. Cave paintings are classified as anthropomorphic, zoomorphic and geometric/schematic, generally in reddish tones resulting from the use of iron oxide. Unfortunately, the lack of knowledge about these archaeological sites leads to their destruction. Therefore, it is necessary to make all segments of society aware of the importance of the region’s archaeological heritage, seeking to await them for the knowledge of future generations and encourage new research that would rescue the historical value of local and regional culture. Thus, as an awareness of society in general, as a way of clarifying the importance of the historical and cultural heritage that surrounds them.

Keywords: education, historical heritage, caxexa

A PRÉ-HISTÓRIA MUNDIAL

O conceito de Pré-história só surgiu no século XIX. Durante dezenas de séculos, aceitou-se, no Ocidente, que o mundo havia sido criado por Deus e que seus primeiros habitantes humanos teriam

sido Adão e Eva. Apenas em meados do século XIX essa ideia passou a ser contestada e surgiria as primeiras tentativas de investigar e entender os períodos mais recuados da vida humana.

A Pré-história trata dos últimos 100 a 200 mil anos, período em que existe a espécie humana, o *Homo sapiens sapiens*, e também dos milhões de anos anteriores, em que existiam os hominídeos, espécies que antecederam à nossa, pois para a ciência, a existência dos hominídeos corresponde a cerca de 99,9% do passado, portanto, apenas 0,1% do tempo da existência do homem e dos seus ancestrais na cadeia evolucionária corresponde ao período em que existe a escrita, transformando a Pré-história em um tema complexo e polêmico, pois envolve questões pessoais e científicas, onde até as mais prováveis hipóteses podem ser refutadas diante de novos achados arqueológicos e teses formuladas através de estudos elaborados sobre os materiais já analisados.

No continente Americano, a definição de Pré-história tem como referência tradicional o período anterior à chegada dos europeus no final do século XV. Os europeus chamaram, a sua presença na América, de “História” e designaram todo o período que veio antes de “Pré-história”. Porém, hoje já se sabe que antes da chegada dos europeus ao continente, os Maias e Astecas já faziam uso de uma escrita primitiva. Atualmente, o Antropólogo Gordon Brotherston defende a ideia de que muitos povos americanos tinham sistemas de registros comparáveis à escrita como os povos Nambiquaras e Tupis, na forma de pinturas corporais, adereços e pinturas de objetos.

A partir de 1816, Christian J. Thonsem, conservador do Museu Nacional Dinamarquês, incentivou o acúmulo de coleções de antiguidades. Ao mesmo tempo classificou os objetos e peças do museu em três idades: da pedra, do bronze e do ferro, acreditando que antes do homem aprender a usar metais, vivera numa idade da pedra, após ter evoluído seus conhecimentos, passou a utilizar-se do cobre e do bronze, e mais tarde usaria o ferro.

Apenas com a teoria do evolucionismo de Charles R. Darwin, haveria, no entanto, uma verdadeira revolução no entendimento das questões das origens humana. Em 1859, publicou o seu célebre livro “A ORIGEM DAS ESPÉCIES”, onde, na introdução, Darwin afirmava que “as espécies não são

constantes, as pertencentes a um mesmo gênero provêm de outras em geral já extintas, assim como as variedades reconhecidas de uma determinada espécie provêm desta espécie”. (DARWIN, 1984). Desta forma, a espécie humana seria vista como integrante do reino animal e o homem como produto de uma evolução e não de uma criação única e divina. Em 1871, Darwin publicou “A ORIGEM DO HOMEM E A SELEÇÃO SEXUAL”, estruturando a ideia de uma interpretação alternativa para a origem tecnológica-criacionista da humanidade.

Para Funari (2002, p. 12), na Europa, o estudo dos antepassados dos povos europeus já existia por meio da leitura dos autores gregos e romanos que a eles se referiam. Os germanos haviam sido citados pelos gregos e, mais extensamente, pelos romanos – como na obra clássica “GERMÂNICA” do historiador romano Tácito. Os gauleses foram bem descritos pelo general romano Júlio César em sua “GUERRA DAS GÁLIAS”. Além de textos como estes, no século XIX começou-se a estudar os vestígios materiais encontrados na França e na Alemanha, onde seriam chamados de culturas proto-históricas, “da primeira história”.

Foi só no século XIX que nasce o conceito de História como ciência ligada ao estudo do passado a partir de documento escritos. Assim, definindo-se a existência da História após surgirem os documentos escritos, tudo o que viria antes da elaboração e uso da escrita documental, convencionou-se chamar de Pré-história.

Com o Evolucionismo, começou-se a aceitar a tese de que existiriam coisas muito mais antigas associadas ao homem. Em 1856, no Vale do Rio Neander, na Alemanha, encontrou-se a calota craniana de um homem primitivo, que ficou conhecido como o “Homem de Neandertal”. Em 1865, surgiram os termos Paleolíticos (Idade da Pedra Antiga) e Neolítico (Idade da Pedra Recente). E nos dias atuais o estudo da Pré-história está dividido e classificado em três períodos distintos: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais. Quando, cada período apresenta características individuais no âmbito físico, material e natural, facilitando, de forma sistêmica, o trabalho dos pesquisadores em tentar definir o grau de evolução tempo/espaço dos habitantes de diferentes regiões do mundo.

Em anos mais recentes, o estudo da pré-história tem enveredado por horizontes cada vez mais complexos e sistematizados para poder chegar à definição mais eficientes e precisas no meio científico. Além das escavações, os métodos de análises utilizados com grande aceitação no âmbito arqueológico são os mais sofisticados possíveis, como por exemplo, o método do Carbono 14 que consiste em analisar, minuciosamente, através da datação radio carbônica – C-14, medindo-se a quantidade de átomos de carbono presente nos vestígios materiais de origem animal ou vegetal. Outro método empregado, para datação de artefatos pré-históricos é a termoluminescência para materiais inorgânicos (fragmentos cerâmicos, metais) através da medição de quantidade e capacidade de retenção de luz que o material possa absorver.

A partir das escavações e dos métodos de datações, para a arqueologia mundial, é possível ter-se uma miríade de informações relevantes para posterior reconstrução cronológica dos espaços habitados pelos distintos grupos humanos em todo o planeta.

A PRÉ-HISTÓRIA AMERICANA

Até hoje, a chegada dos primeiros povos ao continente Americano é motivo de objeções e grandes discussões nos interiores acadêmicos, pois ainda não se conseguiu um consenso com os dados já levantados para elaboração de teorias mais consistentes para o povoamento americano.

Observando os vestígios humanos anteriores aos últimos 10 mil anos, verifica-se que a maioria provém das savanas e regiões temperadas, o que viria a indicar, para muitos pesquisadores, que o Homo sapiens sapiens adaptou-se à vida em climas tropicais muito recentemente.

Com base nos vestígios humanos anteriores aos últimos 10 mil anos, encontrados e analisados pelos estudiosos, verifica-se que a maioria provém das savanas e regiões temperadas, o que viria a indicar, para muitos pesquisadores, que o Homo sapiens sapiens adaptando-se à vida em climas tropicais só muito recentemente. Em vista desta análise, a ciência demonstra-se cada vez mais longe de desvendar

as incógnitas que insistem em permear a história do povoamento humano na América, colocando os pesquisadores na espera de provas mais consistentes que possam trazer à luz da modernidade novas explicações que elucidem o passado da Pré-história americana e a ocupação do seu espaço por diferentes grupos humanos.

Para o pré-historiador Clive Gamble, citado por Funari (2002, p. 30), afirma que:

... os ambientes tropicais são os mais ricos na face da Terra, já que recebem mais energia solar. Possuem a maior biomassa e produtividade e maior diversidade animal e vegetal e, no entanto, a conclusão, tanto da evidência histórica como arqueológica é que a ocupação humana das áreas de florestas tropicais ocorreu muito tardiamente.

Desde o abandono da hipótese de que os habitantes americanos eram de procedência autóctônica levantada por Ameghino, no início do século XX, estabeleceu-se uma visão quase que absoluta, de que o homem tenha chegado à América, via transposição do Estreito de Bering há aproximadamente 12.000 anos A.P. Entre outras teorias, destaca-se a tese que defende a passagem de grandes levas migratórias da Ásia para a América com a utilização de diferentes tipos de navegação por causa da proximidade do oceano de muitas ilhas Polinésia. Os cientistas defensores desta teoria tomam como base para afirmá-la os traços genéticos dos ameríndios com os povos mongóis.

É a partir da descoberta do método do Carbono 14 que as teorias arqueológicas passa a tentar definir o povoamento da América e firmar bases arqueológicas mais seguras.

Martin (1999, p. 62), analisando a questão coloca o seguinte:

Os dados relativos à antiguidade do homem na América têm-se multiplicado nas últimas décadas com evidências cada vez maiores que assinalam a presença de bandos de caçadores não especializados em datas vez mais recuadas.

Arqueólogos e pesquisadores do mundo inteiro já obtiveram datações bastantes recuadas, como, por exemplo, os sítios OLD CROW, estudado por William Irving, no Canadá, com datações

acima de 200.000 anos, analisando artefatos ósseos fossilizados através do método radiocarbônico e, TEXAS STREET, em San Diego, na Califórnia, com datações cronológicas acima de 100.000 anos, na datação de seixos lascados de calcedônia. O arqueólogo canadense Richard McNeish, escavou vários sítios no vale do Rio Grande, no Novo México, onde conseguiu datações de Carbono 14, entre 40 a 4 mil anos A.P., com ocupações sequenciadas cronológicas e estratigraficamente.

Na América do Sul, além dos sítios brasileiros, o mais significativo é Monte Verde, no vale do Chinchuapi, no sul do Chile, escavado por T.D. Dillehay entre 1978 e 1985, onde se obtiveram datações radiocarbônicas de 32 a 35 mil anos A.P. para o material lítico associado a ossos de Mastodontes.

No Brasil, há datações bem significativas como o sítio Ipa Vermelha IV, no município de Pedro Leopoldo (Minas Gerais), analisado por Anette Laming Emperaire, com cronologias até 25 a 10 mil anos A.P. No Rio de Janeiro e em São Paulo, em sítios escavados por Maria Beltrão, obtiveram-se datações cronológicas entre 20 e 40 mil anos A.P., sendo os materiais estudados considerados pela arqueóloga como fruto da ocupação humana pleistocênica.

Porém, foi no estado do Piauí, em 1992, que se atingiram as datações mais expressivas na tentativa de afirmar o povoamento mais recuado da América do Sul através das escavações no sítio Boqueirão da Pedra Furada estudado pela arqueóloga Niède Guindon, com datações de 48.000 anos A.P., utilizando-se o método radio carbônico e aceleração de massa. Para comprovar sua tese, falta-lhe uma prova científica real (vestígios orgânicos), pois suas datações foram obtidas através de restos de fogueiras carbonizadas o que leva os cientista mais ortodoxos a refutarem sua tese, crendo que o material datado possa ter sido proveniente de uma queima oriunda de um acaso natural em épocas de grande emissão de raios antes das tempestades.

Atualmente, a oposição mais consistente contra uma antiguidade superior aos 12.000 anos para o povoamento da América do Sul é firmada por Thomas Linch, da Universidade de Cornell, e de Dincause, da Universidade de Massachusets.

Segundo Martin (1999, p. 65),

A relutância de se aceitar algumas cronologias muito antigas tem, além da própria fragilidade de alguns dos resultados apresentados até agora, uma origem psicológica, a de que no novo Mundo tudo deveria ser mais ‘novo’ que no Velho... Criou-se, assim, uma mentalidade que se recusou a aceitar fases mais antigas e a existência de um Paleolítico Americano, pois como as evidências até agora são indiscutíveis, a resistência centra-se atualmente em não aceitar datações mais antigas na América do Sul do que da América do Norte, com o argumento da via única de Bering.

Há, entretanto, diversas objeções à teoria da ocupação tardia das áreas tropicais. A ausência de vestígios humanos muito antigos nas áreas tropicais não significa que não existam e venham a ser descoberto, pois as áreas tropicais foram muito menos pesquisadas que os demais tipos de ambientes e como bem coloca Funari e Noelli (2002, p. 73), “... não se pode tirar conclusões pela ausência de dados, pois eles podem surgir a qualquer momento: devemos ter cuidado pois podem surgir informações novas”.

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

As pesquisas arqueológicas do Brasil nasceram alicerçadas através de viajantes, botânicos, geólogos, naturalistas e paleontólogos, sobretudo estrangeiros, enviados por seus países para o enriquecimento do acervo histórico de museus europeus, e também de etnólogos remetidos ao país para estudarem as sociedades primitivas remanescentes.

Os primeiros relatos sobre a Pré-história brasileira confundem-se com dados científicos e fantasiosos sobre as civilizações perdidas. Muitos desses relatos ultrapassaram o tempo, chegando até nós no rastro dos mitos e credices dos pioneiros desbravadores, especialmente missionários jesuítas que não fugiam a explicações bíblicas e pós – diluvial para justificar a existência de grupos humanos na América em tempos mais remotos.

Não obstante, a arqueologia brasileira não oferecia nenhum achado tão espetacular e grandioso

quanto aos achados do Oriente, do Peru ou do México. Sendo assim, o Brasil foi citado nos estudos arqueológicos de forma modesta, sem muita importância e muitas vezes foi motivo de interpretações visionárias, fabulosas e mitológicas, como no caso da Itaquiara do Ingá, na Paraíba, que foi vítima de explicações absurdas, fruto de amadores que afirmavam inconsciente que aquelas inscrições rupestres seriam de origem Fenícia ou de outros povos do Crescente Fértil (SANTOS, 2005).

Segundo Prous (1992),

Foi nessa miragem europeísta, que o Imperador D. Pedro II, surgiria como um dos primeiros a impulsionar a arqueologia no Brasil. Influenciado pelo espírito da Sociedade de Antiquários de Londres, pouco se interessou no conhecimento da pobre arqueologia indígena e enriqueceu o Museu Nacional, depositando coleções de material europeu e africano de algumas das primeiras escavações pré-históricas realizadas no mundo.

Como bem analisa Anyone Costa, citado por Martin (1999, p. 32), a função dos “estudiosos” europeus seria,

... descobrir hieróglifos nos riscos e círculos concêntricos, nas garatujas de toda espécie. Eles registraram fatos ao acaso, copiaram riscos, anotaram crenças, agindo em função da fantasia, vieram a nossa terra fantasiar, descobrir restos da civilização egípcia, no São Francisco, ou ruínas das civilizações gregas, no vale Amazônico.

Em 1834, o botânico dinamarquês, Peter Wilhelm Lund, fincou residência em Lagoa Santa, Minas Gerais e entre 1834 e 1844, pesquisou mais de 800 abrigos e grutas nessa região, encontrando uma gama sem igual de ossos fossilizados de animais há muito já extintos da fauna brasileira. Por esse motivo tornou-se o “pai da Paleontologia Brasileira”. Na Lagoa subterrânea do Sumidouro, Lund encontrou ossos humanos fossilizados misturados a vestígios desses animais extintos. A princípio, o estudioso atribuiu aos restos humanos a mesma idade dos ossos dos animais extintos, acreditando que o homem poderia ter vivido em épocas contemporâneas as dos animais.

Os estudos mais sistematizados da pré-história brasileira têm início no pós-década de 50. Apesar de trabalhos isolados, escritos anteriormente referentes à Amazônia e a Região Sul do país, na década de 60, com estudos mais aprofundados dos Sambaquis do Paraná e de São Paulo, por Joseph e Anette Emperaire, foi possível ter-se as primeiras datações radio carbônicas do Brasil. É notório que muito dos vestígios pré-históricos do país, começaram a ser destruído desde os tempos da colonização no século XVI, pois os Sambaquis do litoral foram destruídos para a utilização de suas conchas no fabrico da cal para as construções do período colonial.

Como exposto anteriormente, sabe-se hoje por meio de datações de Carbono 14, que as importantes coleções de esqueletos humanos de Lagoa Santa, possuem mais de 10 mil anos. No ano de 1999, pesquisadores da Universidade de Manchester, na Inglaterra, projetaram e reconstruíram a face do crânio do homem de Lagoa Santa, considerado o mais antigo da América do Sul, descoberto em 1975 por uma equipe de arqueólogos franco-brasileira coordenada por Anette Laming Emperaire. Atualmente o crânio reconstituído, chamado de “Luzia”, com datações cronológicas de 11.680 anos, está exposto no acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Em 1965-1970, com o patrocínio da Fundação Smithsonian e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi implantado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), que pretendia estabelecer as fases e o estado de conhecimento das pesquisas arqueológicas da pré-história do Brasil, financiando os grupos de arqueólogos e instituições existentes na época. Infelizmente, a região Nordeste ficou fora, sendo beneficiada apenas as regiões mais expressivas, Sudeste e Sul do país.

Outro referencial para o estudo da arqueologia brasileira foi às análises elaboradas por Valentin Calderom, na Bahia, onde realizou escavações na Gruta do Padre, obtendo materiais arqueológicos relevantes com datações radiocarbônica que ultrapassavam 8.000 anos de antiguidade.

Também de grande relevância são as pesquisas realizadas no Nordeste do Brasil pelas arqueólogas Anne Marie Pessis, Gabriela Martin e Niède Guidon, que nos últimos 30 anos têm contribuído,

de forma significativa, com seus levantamentos e análises sistêmicas sobre a pré-história do Nordeste brasileiro, com escavações e mapeamento dos sítios arqueológicos, principalmente os referentes a arte rupestre.

No Brasil, os vestígios humanos pré-históricos não ultrapassam 12.000 anos A.P. Embora novas pesquisas apareçam com datações diferenciadas, propondo novas análises sobre os resultados já obtidos cientificamente, há uma grande dificuldade em se encontrar vestígios humanos que venham corroborar as datas cronológicas mais recuadas, principalmente as datas defendidas por Guidon de mais de 48.000 anos A.P.

Dentro deste prisma, percebe-se que quase todos os casos já estudados, o pouco que se conhece dos fatos pré-históricos do Brasil, é o quanto que ainda resta para se esclarecer. Contudo, esse quadro vem paulatinamente mudando através dos novos achados e do aprimoramento das técnicas de análise que a arqueologia engloba para dar suporte as pesquisas.

O período atual está se caracterizando pela multiplicação de centros de pesquisas que por vezes são apoiados por instituições estrangeiras. Como cita Prous (1992, p. 112), em sua obra *Arqueologia Brasileira*,

... As novas preocupações com o estudo de estruturas arqueológicas, paleo-etnografia e paleoambiente conduzem a experiência enriquecedoras. Assim como a instalação de laboratórios para medir a radioatividade residual do Carbono 14, em São Paulo, Salvador e Belo Horizonte, facilitou a elaboração de quadros cronológicos mais consistentes.

Tudo o que já foi pesquisado atualmente no Brasil, como lembra Funari (2002, p. 103) “constitui apenas a ponta de um iceberg”. De fato, sabemos muito pouco em termos específicos e muito em termos genéricos e como disse o antropólogo Carlos Fausto (2000, p. 27), “vivemos em uma ilha de conhecimento rodeados por um oceano de mistérios e ignorância”. Mais recentemente, há menos de duas décadas, os estudiosos tendem a dar atenção as pesquisas das nações indígenas do passado e as

remanescentes dos dias atuais, tentando resgatar as suas significações para a reconstrução da história passada e presente.

PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE E DA PARAÍBA

Na visão de muitos pré-historiadores, os primeiros grupos humanos que chegaram ao Nordeste brasileiro eram, pelos dados mais recentes, como os índios atuais, racialmente pertencentes a grupos mongolóides. Admite-se que os índios brasileiros chegados ao Nordeste são descendentes de levas arcaicas que atravessaram o Estreito de Bering alguns milhares de anos antes.

A presença do homem pré-histórico no interior do Nordeste, em épocas anteriores há 10.000 anos A.P., já foi assinalada em distintas regiões, com grandes áreas do semiárido, que segundo Martin (1999, p. 64): Já estavam ocupadas por caçadores diversificados, estabelecidos junto aos rios, córregos e olhos d'água, adaptados as duras condições climáticas das terras sertanejas.

Pertence a Paraíba desde o século XVI, a mais antiga e conhecida referência bibliográfica de registros rupestres do Brasil, citada pelo capitão-mor, da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, quando encontrou, próximo do rio chamado Arosoagipe, gravuras que ele considerou “caveiras de defunto, uma cruz, rosas, desenhos e molduras”, referidas nos “Diálogos das grandezas do Brasil”. Anos mais tarde, enviado a Capitania da Paraíba em 1641 pelo governo holandês, Elias Herckamns (1895) em seu relatório, “Descrição geral da capitania da Paraíba”, relatou a presença de inscrições rupestres em rochedos.

Após a década de 80, em menos de dez anos, o conhecimento das populações pré-históricas do Nordeste obteve significativo aumento. Para isso, houve grande contribuição das escavações sistemáticas de três importantes necrópoles pré-históricas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e no Piauí. Entre os sítios escavados temos: o esqueleto encontrado na Toca da Janela da Barra do Antonião, em São Raimundo Nonato (PI), escavado por Niède Guidon em 1990, com datação de 9.670 anos A.P. em

Pernambuco têm-se a Furna do Estrago, escavada por Janette Lima, entre 1982 e 1985, a obtenção de datação entre 11 e 2 mil anos A.P., onde, segundo a arqueóloga, essas diferentes cronologias foram obtidas por causa da intensa utilização do abrigo como cemitério indígena por grupos que ali habitaram.

Outro cemitério de grande importância foi escavado e analisado, no vale médio do São Francisco, em Sergipe. Descoberto em 1990, é até hoje a maior necrópole indígena do Nordeste. Sistemáticamente escavada por Clarice Vergne, foram obtidas datações radio carbônicas entre 8.950 a 1.280 anos A.P.

No Rio Grande do Norte, no sítio do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, foi escavado um abrigo que também foi utilizado como cemitério indígena e a equipe do Projeto Arqueológico do Seridó, obtiveram datações entre 9.410 e 8.280 anos A.P.

No Alto Sertão Paraibano, no município de Vieirópolis, nas pesquisas realizadas pela arqueóloga Gabriela Martin, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as datações assinalaram a presença humana 7.000 anos dos tempos presentes.

O Nordeste do Brasil é dotado de grande expressividade no cenário de produção da arte rupestre do homem pré-histórico. José de Azevedo Dantas (1994), copiou incansavelmente pinturas e gravuras rupestres do Seridó Paraibano e Potiguar. Seu manuscrito intitulado “Índícios de uma civilização antiquíssima”, permaneceu inédito até 1994, quando foi publicado pelo Conselho Estadual Paraibano, em João Pessoa. Vale apenas ressaltar os trabalhos de Carlos Ott, que publicou, em 1958, sua “Pré-história da Bahia”, com informações e ilustrações de achados arqueológicos baianos e os de Leon Clerot em “30 anos na Paraíba” que embora publicado em 1969, recolhe notícias de prospecções e achados arqueológicos das décadas de 40 e 50.

Dos Estados brasileiros que compõem a Região Nordeste, apenas em Pernambuco existe uma instituição de pesquisa e ensino em nível de pós-graduação, na Universidade Federal, este por sua vez, conveniado a Fundação do Museu do Homem Americano (FUMDHAM), localizado no estado do Piauí.

A partir dos anos 90, surgiu a iniciativa de organizar um laboratório arqueológico, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Este foi oficializado em 1994, pelo Conselho Universitário da UFRN, sob a sigla LARQ.

Em Teresina, o Núcleo de Antropologia da Universidade Federal do Piauí, fundado por Niède Guidon, vem retomando suas pesquisas em ritmo acelerado, dando continuidade ao levantamento e mapeamento dos sítios pré-históricos do Piauí.

Na década de 70, a missão arqueológica franco-brasileira dirigida por Guidon, iniciou trabalhos sistemáticos no Sudeste do Piauí, mais precisamente na área arqueológica de São Raimundo Nonato. Em 1979, o Governo Federal criou o Parque Nacional da Serra da Capivara, com o intuito de preservar o patrimônio arqueológico único, ali existente.

A priori, a necessidade de manter um centro de pesquisas permanente no Nordeste induziu Niède Guidon, com o apoio de instituições internacionais, a criar em 1986 a FUMDHAM, com sede em São Raimundo Nonato, e criação de um museu, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para expor as coleções arqueológicas e fixar laboratórios de pesquisas. Em 1991, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado pela UNESCO, Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

Do ponto de vista arqueológico, a FUMDHAM, é o epicentro das pesquisas arqueológicas do Nordeste brasileiro, uma vez que já foram catalogados mais de 400 sítios pré-históricos, dos quais aproximadamente 300 com registros rupestres de várias tradições ou horizontes culturais que identificam distintos grupos étnicos que podem ter ocupado a região desde 50.000 anos, que segundo Niède Guidon as datações radiocarbônicas do sítio do Boqueirão na Pedra Furada, comprovam esta estimativa.

As pesquisas arqueológicas sistemáticas, na Paraíba, são recentes. O interesse científico surgiu após a VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia, celebrada em João Pessoa, em 1993.

O Estado paraibano é berço expressivo da presença de grupos pré-históricos em seu território, pois atualmente se tem notícias da existência de mais de 500 sítios arqueológicos, entre eles, alguns já

pesquisados como: A Pedra Lavrada, em Picuí, A Pedra da Boca, em Araruna, O Lajedo de Pai Mateus, em Cabaceiras, O Abrigo de Vieirópolis, no município homônimo e a Itaquatiara do Ingá, demonstrando a ampla dispersão que alcançou a arte pré-histórica, na qual estão representadas, com riqueza de detalhes.

Não obstante, as pesquisas ainda demonstram-se insuficientes, além de não receberem apoio das instituições públicas. Paralelamente a esse descaso, vem se formando grupos de pesquisas arqueológicas no Sertão e no Brejo paraibano, integrados por professores e alunos das Universidades, que tentam resgatar a relevância do patrimônio arqueológico e paleontológico local.

Do exposto, vê-se que a arqueologia conta com inúmeros recursos para desvendar o passado. Aplicá-los no momento presente com a finalidade de datar e levantar dados pré-históricos da Paraíba é que não se faz possível por falta de dados cientificamente coletados. E como cita Ruth Trindade de Almeida (1979, p. 28), “é preciso, em primeiro lugar, que se façam na Paraíba pesquisas sistemáticas nesse setor para aproximarmos-nos das perspectivas de compreensão do seu passado pré-histórico”.

Observa-se que, ao longo da produção historiográfica paraibana, os indígenas do território paraibano, foram mencionados de maneira muito concisa, pois, os tabajaras e pontiguaras, foram narrados apenas como participantes da Fundação da Paraíba, sem maiores aprofundamentos sobre seus modos de vida, suas particularidades; bem, como os Cariris, que são referenciados de uma maneira superficial, durante o período da invasão holandesa e a conquista do sertão, isto é, sem haver descrições mais aprofundadas.

Do ponto de vista de Borges (1993, p. 21), não existe ainda uma obra geral sobre indígenas na Paraíba, e especialmente, sobre os Cariris, pouquíssimo se tem feito, quando se fala no nome Tarairiú. Desse modo percebe-se que ainda existe uma grande lacuna no que concerne aos povos indígenas, especialmente no que tange aos povos do interior, em face de que desde o período colonial a visão ideologicamente dominante da história do Brasil vem tentando apagar essa diversidade cultural dos primeiros habitantes.

Conforme Medeiros (2002, p. 208),

Durante o período colonial, havia uma pluralidade étnica na região que hoje denominamos de sertão nordestino, que pouco a pouco foi sendo encoberto por uma visão da história que não a valorização, ao contrário, tentou apaga-la da maneira.

Alguns fatores excluíram os povos indígenas da produção historiográfica, por serem encarados como sociedades atrasadas que nada produziam, uma vez que, a economia desses grupos não era voltada para um mercado consumidor, mas sim, apenas para as necessidades básicas da comunidade, estando sujeito ao cativo, à espoliação de suas terras, ao massacre de sua cultura e ao trabalho escravo, sendo incapaz de perceber a existência desses povos com uma lógica própria.

Conforme afirma Herckman (1995, p. 41), os índios tarairiús levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam, nem se esforçam por fazer algumas provisão de viveres. (...) Comem tudo, sem guardar coisa alguma para o dia de amanhã.

Para Funari (2002, p. 37), por muito tempo os cientistas guiaram-se pelo senso comum, considerando as economias indígenas como pobres ou atrasadas, em vez de considerá-las apenas diferentes da sua economia capitalista e urbana.

No período anterior à chegada dos portugueses, os povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi, localizavam-se por quase todo o litoral do Nordeste, no interior encontrava-se povos de etnias diversas e falantes de várias outras línguas. Através dos relatos dos missionários que atuaram na região, também indicam a existência de um grande número de tribos indígenas.

A Pré-história do Brasil compreende a existência de uma crescente variedade linguística, cultural e étnica, que acompanhou o crescimento demográfico das primeiras levas constituídas por poucas pessoas (centenas ou poucos milhares) que chegaram à região até alcançar milhões de habitantes na época da chegada da frota de Cabral. (FUNARI, 2002, op. cit. p. 15)

A belicosidade de alguns grupos, o isolamento, a variedade de línguas, o longo processo de extermínio e descaracterização cultural, constituíram-se em fatores que também contribuíram para a carência de um conhecimento mais aprofundado a respeito destes povos, resultando no encobrimento de sua diversidade étnica e de sua real importância na história do país.

Como demonstra Borges (1984, p. 21) no Quadro 1, as pesquisas sobre indígenas, principalmente na Paraíba, tem sido prejudicadas por:

- dificuldades de bibliografia do Período Colonial;
- destruição paulatina dos nossos arquivos e bibliotecas;
- um certo isolamento dos paraibanos ao estudarem o problema, tentando reduzi-lo apenas aos limites de nosso Estado, quando as fronteiras indígenas não coincidiam com a atual divisão territorial da região;
- confiança exagerada nos primeiros historiadores, que ficam, sem embargos de suas excelentes contribuições, como figuras intocáveis;
- descaso natural, talvez por herança portuguesa, pelos problemas vinculados ao índio, cuja história cultural foram mal registradas.

Quadro 1 – Demonstrativo dos motivos que contribuem para o baixo número de pesquisas arqueológicas na Paraíba.

Autores mais antigos, percebiam os índios como sendo todos do mesmo tronco, porém, estudos mais recentes já admitem existência de dois grandes troncos indígenas no interior da Paraíba: os cariris, aos quais pertenciam os chocos, paratiós, carnoíós, bodapitás ou fagundes, bultrins, icós, coremas, e o tronco dos tarairiú, com os grupos tribais dos janduís, ariús, pegas, panatins, sucurus, paiacus, canidés, genipapos, cavalcantis (facção dos arius) e vidas. (BORGES, apud AQUINO, 1991, p. 27).

Certamente por terem sido os primeiros a manterem contatos com os conquistadores portugueses, os tabajaras, tupinambás e pontiguaras, constituem-se nos grupos mais estudados desde a época

colonial, existindo muitos relatos, crônicas e gravuras que os retratam em todo Brasil.

QUADRO PRÉ-HISTÓRICO E HISTÓRICO DA REGIÃO

Além dos potiguaras e tabajaras da nação Tupi, o território paraibano foi habitado, por duas outras nações indígenas, a Cariri e a Tarairiú, que abrangiam várias tribos diferentes e espelhavam-se por todo o interior dos sertões paraibano. Os Cariris habitavam as regiões ao longo dos rios do Peixe, Paraibano. Já os Tarairiú ocupavam o sertão, o Seridó, o Curimataú e a parte da região dos Cariris velhos.

Conforme Herckmans (1985, p. 26),

É de supor que Cariryts conhecidos pelos nomes de seus chefes ou reis – Janduhy e caracará – habitassem entre os Rios Curimataú e Trahyry, ocupando as serras de Araruna, Caxexa e outras e é talvez do nome desse segundo rio que se derivasse o de Tarairyou.

Acredita-se que os Tarairiú fossem originários de correntes migratórias que chagaram a América através do Estreito de Bering, por volta de 30.000 anos a.C. ligados aos Jês e ao homem de Lagoa Santa, sendo assim, classificados como tipo racial láguido. Já os Cariris e os Tupis do mesmo modo que os caraíbas e aruaques, descenderiam de correntes migratórias chegadas a América pelo Pacífico, cerca de 8.000 anos a.C. de origem protomalalaia. (MELO, 1985, p. 100).

De acordo com alguns historiadores, em meados do século XVIII, a tribo indígena que ocupava a região do Curimataú Oriental corresponde aos Tapuias Tarairiús, representados pelos sucurus. Estes concentrados originariamente em Bananeiras e Cuité, abrigavam os vales dos rios Curimataú e Trairi. Neste período acontecia a intensificação de colonizadores no interior da Paraíba, devido à criação de gado. As nações indígenas estavam sendo vítimas dos bandeirantes e missionários que buscavam tomar as terras, utilizando-se da catequização, aprisionamento e morte.

Segundo Mello (1997, p. 109), os Tarairús eram nômades, caçadores-coletores, e tinham uma agricultura pouco desenvolvida, e, decorrência de habitarem preferencialmente regiões cortadas por rios temporários.

Entre outras características, estes indígenas eram adeptos do endocanibalismo, isto é, comiam ritualisticamente seus parentes, quando estes morriam.

De acordo com Herckman (1895, p. 43),

Se morre algum deles, seja homem ou mulher, em sendo morte comem-no, dizendo que o finado não pode ser melhor guardado ou enterrado do que em seus corpos, e isso fazem do seguinte modo. Tomam o cadáver, levam-no e esfregam-no bem, fazem um, grande fogo sobre o chão, acima do qual põem o corpo e deixam-no assar bem. Logo que esteja bem assado, o comem com grande algazarra e lamúrias. (...) Os amigos mais próximos do morto, quer sejam homem ou mulher, cortam o cabelo, em sinal de que deploram a morte de seus amigos. O berreiro e as lamentações dos amigos perduram somente até que o cadáver tenha sido comido.

No período em que se iniciou a ocupação dos bandeirantes, o sertão nordestino, assim como o litoral já havia nele os seus habitantes, os quais eram diversificados pelas línguas e costumes, evidenciando diferentes procedências. Encontrando-se ainda no estágio de caçadores e coletores, e contrariamente aos índios litorâneos, não praticavam agricultura, posto que, eram nômades. Certamente o nomadismo foi provocado pela aridez do solo onde habitavam, pelo perseguição de outros grupos e também pela perseguição dos sertanistas.

Os Tapuias descem muitas vezes de suas terras, para as fronteiras inferiores e os limites do Brasil, o que sucede principalmente te quando os estios são secos e eles não encontram bastante alimento em suas terras, pois eles mesmos consideram as regiões inferiores do Brasil melhores, mais saudáveis e frutíferas do que os lugares onde habitam, que dizem ser rochosos e mal providos de mantimentos. HERCKMAN (1985, p. 44).

A constante violência e a crueldade contra os nativos, desde o início da colonização do Brasil, iriam agravar-se com o avanço da frente pecuária de ocupação do interior do nordeste. O índio começou a reagir quando percebeu que suas terras estavam sendo ocupadas e ele afugentado para os terrenos mais estéreis, seus campos de caça invadidos por animais que antes não existiam naquelas regiões áridas.

O processo de contato com os colonizadores resultou numa série de situações, isto é, algumas tribos efetivaram a política de alianças, pois, era fundamental para sua resistência e sua preservação, enquanto que outras, o contato foi extremamente violento, sendo destruídas fisicamente e culturalmente, como é o caso dos povos do sertão nordestino, ocorrendo à espoliação de suas terras e a escravização nos aldeamentos e nos arraiais de bandeirantes fazendeiros.

Nas Américas, segundo Funari (2002, p. 14) a vinda dos europeus quase sempre significou o massacre e a escravização dos ameríndios após duras batalhas e surtos epidêmicos.

A exploração da mão-de-obra foi um dos principais motivos dos conflitos travados no período colonial na região Nordeste, bem como a distribuição de sesmarias, o apresamento dos escravos e a ocupação do sertão para criação do gado, cujo produto destinava-se ao abastecimento dos engenhos e posteriormente as áreas onde estava ocorrendo à mineração, como também para os centros urbanos do litoral.

No início da fundação dos primeiros núcleos de ocupação do sertão nordestino, ocorreram colisões ocasionadas pelo contato entre etnias, que se tornaram frequentes e intensos, recebendo as denominações de “Guerra dos Índios”, “Guerras dos Tapuias”, mais conhecidamente como “Guerra dos Bárbaros”, alguns autores também designaram de “Confederações dos Cariris”, termos usados imprópriamente, uma vez que, a maioria destes guerreiros era pertencente ao tronco Tarairiú.

Estes, por sua vez, desde os primórdios do processo colonizador, foram avessos a penetração e a conquista de suas terras, aliando-se aos holandeses e resistindo a ocupação de seu território. Comandadas pelo rei Jundaí, esses índios reuniam-se em aliança com todas as tribos de sua nação e com outras

tribos do tronco Tupi, Jê e Cariri.

Segundo alguns historiadores, essa batalha chegou a enfraquecer a colonização portuguesa do Nordeste. Sendo a única no nosso continente, a ser um realizado um tratado de paz, assinado oficialmente, entre o rei de uma nação indígena e um país europeu, firmado na Bahia, em 1692, o qual posteriormente fora transgredido pelos portugueses, resultando posteriormente na extinção dos tarairiús. Tal guerra abrangendo os extremos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba – vales dos rios Jaguaribe, Açu, Piranhas e Piancó.

Durante cerca de cem anos, conforme historiografias a respeito, atingindo seu ápice nos últimos decênios do século XVII e os dois primeiros do século XVIII.

Como diz Aquino (1991, p. 27),

Era o encontro e o choque de dois povos pertencentes a estágios culturais diversos pela ocupação do mesmo espaço físico, embate que fatalmente favorecia o grupo culturalmente mais complexo e principalmente o que possuísse melhor tecnologia. Aconteceu no Nordeste o que há milênios acontecera em outras partes do mundo: o encontro e o confronto entre pastores e caçadores. Desta vez, pastores avançados no tempo, possuidores da tecnologia do mercantilismo, conhecedores de armas de fogo, contra bandos de caçadores e coletores ainda na selvageria própria deste estágio cultural, alguns deles não conhecendo sequer o arco e a flecha.

As guerras entre os índios eram incentivadas pela própria coroa, financiando armas e munições. Os índios aldeados eram obrigados a combater outros índios, pois, como fator estratégico, fomentavam guerras entre grupos tribais, apoiando-os contra povos inimigos, a fim de realizar a “limpeza” do território. Após tornarem-se aliados, (portugueses X indígenas) submetiam e utilizavam-nos para o reforço bélico, haja vista, grande parcela das tropas de bandeiras serem compostas de índios. Ao findar do século XVII estava o território da Capitania da Paraíba quase todo devassado.

Os sertanistas que tomaram parte na ocupação do interior paraibano não desprezaram esta prática de aproveitamento bélico de índios, que vinha se mostrando altamente eficiente desde o início

da colonização. (JOFFILY, apud AQUINO, 1892, p. 29).

Com o objetivo de conseguir as terras ocupadas pelos indígenas, foi imposta pela Coroa Portuguesa, a política de aldeamento, a qual deslocava estes povos do seu habitat, traz como consequência uma modificação profunda no seu modo de vida, provocada pelo desenraizamento cultural, colocando-os diante de uma forma de organização social diferente, realizando novas adaptações, que aos poucos vai perdendo sua identidade étnica e, por conseguinte incorporando a cultura dominante.

Por motivo de guerra, muitos índios foram transferidos de um local para o outro. A ação missionária desenvolvida pelos jesuítas, franciscanos, carmelitas, capuchinhos e outras ordens, também contribuíram para o processo de transferência de remanescentes tribais. Com a catequização estes perdem gradativamente elementos de sua cultura original, incorporando novos costumes, novos modos de vida, constituindo-se desta forma noutra fator de destruição cultural dos nativos. Muitas vezes reunindo tribos diferentes, contribuindo ainda mais para sua extinção.

Assim de acordo com Aquino (1991, p. 31),

... a política colonial portuguesa de misturar indivíduos de procedências diversas, processo eficiente, também muito empregado com os negros, com a finalidade de promover a desaculturação através da união de pessoas com costumes diversos, falando línguas diferentes, deslocados para terras estranhas e frequentemente se hostilizavam.

No semiárido nordestino encontrava-se habitado por caçadores diversificados, estabelecimento junto aos rios córregos, olhos d'água, adaptados às duras condições das terras sertanejas, vivendo da caça e da coleta e se refugiando em abrigos-sob-rocha, onde executaram pinturas rupestres representando a sua vida cotidiana.

No município de Casserengue – PB, mais precisamente no enclave da Serra da Caxexa, encontra-se a “Pedra do Caboclo”, e a “Pedra do Letreiro”, as quais apresentam inscrições rupestres com tonalidades avermelhadas, que provavelmente tenham sido pintadas pelos ancestrais dos índios Tarairiú

que ocupavam a região quando da chegada dos colonizadores portugueses.

A Serra da Caxexa localiza-se no município de Casserengue, estado da Paraíba, a 154 km da capital João Pessoa. Esta tem como coordenadas geográficas: latitude 6° 45'51,816", longitude 35° 53'16,844", com altitude de 617,51m. A serra pertence a mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Oriental, apresentando clima tropical semi-árido (Bsh), com temperaturas que oscilam com mínima inferior a 20° C e máxima de 40° C, tendo como média anual 26° C e chuvas escassas.

Versão Popular: Segundo os moradores da região, a provável etimologia da palavra Caxexa, significaria junto, pequeno e enrugado.

Versão Científica: Segundo Dana (1998, p. 144), Caxexa significa grande bloco de rochas com diversos minerais.

De acordo com Coriolano (1950), o termo Caxexa pode ser assim conceituado:

Parece Plebeísmo, derivado de caquético, pois o vulgo lhe dá a significação de Murrado, definhado. Também o supõem termo ind., cor, de ca-ce-cê: canto magoado – rica em minerais. Nela existem inscrições rupestres e uma necrópole indígena, apresentando-se curiosa, por seu aspecto, a Pedra do Altar.

Por estar localizado na mesorregião do Agreste e microrregião do Curimataú Oriental, a vegetação da Serra da Caxexa é um tipo de caatinga arbustiva, com predominância de espécies como: xique-xique, macambira, marmeleiro, urtigas, jurema-preta, mandacaru, coroas-de-frade e algaroba em menor número.

A falta de água provoca um desenvolvimento lento dos solos. A decomposição química da rocha é pouco expressiva, ocorrendo maior ação mecânica (quebramento) da rocha. Assim os solos são rasos e pedregosos e sua drenagem é temporária, representada pela bacia hidrográfica do Curimataú (RODRIGUEZ, 2002, p. 45).

A Caxexa possui dois aspectos bem característicos da região: na seca, a maioria das espécies

vegetais perde suas folhas, tornando-se abertas, claras, deixando surgir à cor acinzentada dos seus troncos e ramos; no período chuvoso renasce a sua folhagem, retornando a vistosa coloração verde.

A região é constituída por rochas resistentes, muito antigas que formam o complexo cristalino da Era geológica Pré-Cambriana (período da história da terra que precede às primeiras rochas que contêm organismos suficientes bem conservados para que possa ser descrita a sua estrutura). De acordo com a geologia e os tipos de rochas que constituem os terrenos de uma região, ocorrem diferentes tipos de minerais: tanto metálico como não-metálico, e também gemas em maior ou menor quantidade.

A Serra da Caxexa integra-se ao vale do rio Curimataú pertencente à Depressão do Curimataú, que entelha vigorosamente a porção nordeste do Maciço da Borborema. A Depressão do Curimataú corresponde a uma fossa tectônica resultante de um falhamento, apresentando um soerguimento com altitude média de 300 metros, com desníveis de até 300 metros entre a baixada e os topos mais elevados das serras vizinhas.

A drenagem é temporária, provocando o festonamento (erosão) das bordas micaxisto, quartzo, rocha sedimentar (granulométrica arenosa), argilito e pegmatito (quartzo, mica, biotita e feldespato), dentre outros.

As pesquisas arqueológicas no estado da Paraíba constataam a existência de mais de 500 sítios arqueológicos. Alguns com estudos e levantamentos históricos já bem definidos, outros desprovidos de análises sistematizadas. Dentre esses sítios, encontra-se a Serra da Caxexa com inscrições rupestres, possivelmente de povos indígenas que habitaram a região.

Em meados do século XVII, segundo concepções de alguns historiadores, a tribo indígena que ocupava determinada região do Curimataú Oriental corresponde aos Sucurus, pertencentes à nação Tarairiú (BORGES, 1993). Estes concentrados originariamente em Bananeiras e Cuité abrigavam os vales dos rios Curimataú e Trairi. Neste período, acontecia a intensificação de colonizadores no interior da Paraíba devido à criação de gado. Dados registram o deslocamento de nações indígenas, que além de apresentar as características de seres nômades ou seminômades estavam sendo vítimas de bandeirantes

e missionários que buscavam tomar as terras, utilizando-se da catequização, aprisionamentos e mortes através das guerras justas.

Outras características estão relacionadas a aspectos físicos e culturais bastante próprios dos índios Tarairiú, “Pertencentes ao grupo racial láguido, praticavam o endocanibalismo que os levavam a comer os próprios parentes”. (MELLO, 1997, p. 84).

A Serra da Caxexa apresenta em algumas de suas rochas inscrites rupestres com tonalidades avermelhadas. Tal rocha é conhecida por moradores da região como a “Pedra do Letreiro”. Em outra localidade próxima a serra, na “Pedra do Caboclo”, verificou-se diversas pinturas rupestres na rocha, também de coloração avermelhada e de difícil remoção. Segundo estudos realizados em determinada “pedra”, essa cor foi possível com a utilização de óxido de ferro.

Portanto, encontrar vestígios arqueológicos nesta região, requer trabalho profundo e sistematizado. Infelizmente, o desconhecimento desses sítios arqueológicos ocasiona destruições. Sendo assim, é necessário conscientizar todos os segmentos sociais para a importância do patrimônio arqueológico da região. Como bem coloca Guimarães, citado por Evangelista (2002) “falta ao Brasil uma mentalidade que reconheça a importância do patrimônio arqueológico...”

O trabalho apresentado buscou direcionar um estudo preliminar à cerca dos sítios arqueológicos de Arte Rupestres “Pedra do Caboclo” e “Pedra do Letreiro”, ambas localizadas na Serra da Caxexa, no município de Casserengue – PB, onde a priori fez-se uma catalogação das pinturas parietais visando resgatar a relevância do patrimônio histórico cultural da região.

O Brasil é por excelência grande cenário de sítios arqueológicos de arte rupestre que nos demonstram a riqueza cultural dos grupos indígenas que habitaram o nosso território. Na Paraíba, há provas incontestáveis da presença dessas provas que aqui habitaram antes da colonização européia, que nos legaram seus registros através da memória pictória.

A construção da identidade de um povo tem como base sua história, ou seja, a sua memória coletiva; os sítios arqueológicos e demais vestígios deixados pelos nossos ancestrais, fazem referência

à identidade de uma nação.

No entanto, é visível o grau de destruição provenientes das intempéries naturais e mais precisamente pela ação antrópica que a cada dia colocam em risco a preservação da existência desses sítios arqueológicos incrustados no interior do Curimataú Oriental, onde verifica-se que ocorre um descaso no que tange a presença destes, pois grande parte dessas jazidas pré-históricas não são estudados e sequer tombados.

Apesar do bom estado de conservação em que se encontram, os sítios arqueológicos “Pedra do Caboclo” e “Pedra do Letreiro”, infelizmente já se faz visível os indícios de degradação. Em geral, os painéis onde as pinturas rupestres estão inseridas nem sofrendo processos de desgastes natural através do descamamento contínuo das rochas e sofrendo fortes ação destrutiva causada pelo homem, que põem em perigo a existência e preservação dos mesmo.

A prática impensável dos vândalos que utilizam-se de incisões alfanuméricas e pichações comprometem as jazidas pré-históricas, sendo este o maior obstáculo, fruto da falta de conscientização junto as comunidades locais que torna a preservação desses sítios cada vez mais precárias. Desta forma, se faz urgente e necessário conscientizar todos os segmentos da sociedade e mais especificamente as comunidades locais para a preservação da memória cultural da região.

Diante do exposto o resgate do nosso patrimônio artístico pré-história faz-se urgente, visto que o grau de depreção antrópica torna-se cada vez mais impiedoso e acelerado ao destruir nossas jazidas de artes rupestres. Assim como à ação conjunta dos intemperismo naturais que me processo contínuo vêm apagando a memória dos nossos ancestrais. Cabe as comunidades científicas competentes e ao poder público tomar medidas saneadoras para minimizar a destruição e abandono das nossas riquezas arqueológicas em todo o país e mais especificamente no Nordeste, onde a arte rupestre se mostra com maior intensidade de sítios arqueológicos que devem ser preservados, como formas de salvaguarda-los para as gerações futuras.

Lamentavelmente a falta de conhecimento dessas jazidas pré-históricas ocasiona destruição,

sendo necessárias novas pesquisas que elucidem e conscientizem todos os seguimentos sociais para a relevância do patrimônio arqueológico da região, pois falta ao Brasil uma mentalidade que reconheça a importância do patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, recomendamos o seguinte:

- Cercamento da área do entorno dos sítios visitados e catalogados;
- Envolver a comunidade escolar com o ambiente arqueológico e garantir sua preservação contínua
- Transformação do local em uma reserva de preservação e possível geração de renda para a comunidade local com o uso do ecoturismo sustentável e consciente
- Continuidade do processo de conscientização da população local;
- Produção de um vídeos educativos sobre os sítios arqueológicos da Serra da Caxexa;
- Confecção de uma cartilha educacional para ser utilizada nas escolas do município;
- Responsabilizar a prefeitura local sobre a importância da preservação daqueles locais para futuras pesquisas, como também, criar méis para que a comunidade do município passe a ter conhecimento e visite esses ambientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruth Trindade. A arte rupestre nos cariris velhos. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

AQUINO, A. V. A ocupação do interior da Paraíba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Vol. 22, João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1991.

BORGES, José Elias. In.: MELLO, José Octávio de Arruda (Org.) Índios paraibanos – classificação preliminar. João Pessoa: GRAFSET, 1993.

_____, José Elias. Indígenas da Paraíba: classificação preliminar, Educação e Cultura. Ano III, nº 12. João Pessoa – Gafset, 1984.

CASTRO, Julierme de Abreu. Os brasileiros antes de Cabral. Rio de Janeiro: Record, 1970.

CLEROT, Leon F. R. 30 anos na Paraíba. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1969.

DANA, Janes. Manual de Mineralogia. Tradução de Rui Ribeiro. Rio de Janeiro: 4ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 1998.

DANTAS, José de Azevedo. Índícios de uma civilização antiqüíssima. João Pessoa: A União, 1994.

DARWIN, Charles Robert. A origem das espécies. Rio de Janeiro: Edição Integral, 1984.

EVANGELISTA, Rafael. Sítios Arqueológicos da Amazônia em risco. In: Revista da Sociedade para o Progresso da Ciência. Ciência e cultura. Ano 54, nº 1, julho/agosto/setembro de 2002.

FARIA, Flávio Silva & BELTRÃO, Maria da Conceição de M.C. A transformação em animal e a representação do felino no registro rupestre do médio São Francisco. CLIO – Arqueológica. nº 15. Vol – 1. 2002. Recife: UFPE.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo & NOELLI, Francisco da Silva. Pré-história do Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.

HERCKMANS, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. In: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol 8, nº 47, Recife, 1985.

JOFFILY, Irinêo. Notas sobre a Paraíba. Tipografia do jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1892.

MACEDO, H. A. M. A antiguidade do homem no Rio Grande do Norte – a pré-história do espaço riograndense (1999). Disponível em: <historiadorn@web (on-line).

MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Ed. 3ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

MEDEIROS, Coriolano de; RODRIGUES, José. Dicionário corográfico do estado da Paraíba. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. O descobrimento dos outros povos indígenas do Sertão no período colonial: Problemas metodológicos e Fontes. Clio Arqueológico. nº 15 – Vol 1 – ano 2002, UFPE.

MELO, Antônio Tavares de & RODRIGUEZ, Janete Lins. Paraíba, Desenvolvimento econômico e a questão ambiental. João Pessoa: GRAFSET, 2003.

MELO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês – Vol. 2: A Administração da conquista. Recife: MIN/IPHAN, 1985.

MELLO, José Octávio. História da Paraíba: lutas e resistências. 4ª ed. João Pessoa: UFPB / Editora Universitária, 1997.

MENDES, Josué Camargo. Conheça a Pré-história Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Polígono, 1970.

MOREIRA, E.R.F. Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba. Delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

NETO, Belarmino Mariano. Ecologia e Imaginário. Memória Cultural, Natureza e Submundialização. João Pessoa: Editora universitária, 2001.

OTT, Carlos. Pré-história da Bahia. Salvador: Editora Progresso, 1958.

PÉSSIS, Anne-Marie. Identidade e Classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. Revista Clio – serie arqueologia, nº 8. Recife, UFPE, 1992.

PROUS, André. Arqueologia brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Atlas Escolar da Paraíba. 2ª ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

_____. Atlas Geo-Histórico e cultural da Paraíba. 2ª ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

SANTOS, Juvandi de Souza. Manual do espeleólogo. Campina Grande: EDUEP, 2003.

_____. Estudando e conhecendo a pré-história. Campina Grande: EDUEP, 2005.

SILVA, Allan Jônatas Costa da. Descrição sumária do sítio arqueológico Lagoa de Pedra – Esperança – PB. 2004. 43 p. Monografia. (Trabalho Acadêmico Orientado). Departamento de Geo-História, Centro de Humanidades. Universidade Estadual da Paraíba.

SOUZA, Gabriel. S. de. Notícias do Brasil. São Paulo: Departamento de assuntos culturais do MEC, 1994.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. Dicionário Tupi Português. Santos – SP: Traço Editora, 1984.